



Manifestações populares chegam ao Congresso Nacional

Jonas Pereira/Agência Senado



Manifestantes no gramado e na cobertura do Congresso: protesto tem pauta de demandas por diversas políticas públicas

Multidão estimada em 10 mil pessoas fez passeata e ocupou o gramado em frente ao Parlamento, avançando mais tarde sobre a cobertura do prédio

Durante toda a tarde, diversos senadores se pronunciaram em Plenário sobre as manifestações de rua que ocorrem por todo o país desde um primeiro protesto ocorrido em São Paulo, no início da semana passada, promovido pelo Movimento Passe Livre.

A sessão plenária foi suspensa às 19h30 e grupo de senadores foi negociar com

os manifestantes, momento em que eles ocuparam a cobertura do Palácio do Congresso portando bandeiras do Brasil. A cúpula da Câmara foi pichada.

Apesar do clima de tensão, não houve ocorrências graves nem invasão do prédio. Presidente do Senado deu ordens para que a Polícia Legislativa não reprimisse a manifestação nem usasse violência. **3**

Comissão vota aumento de auxílio financeiro na seca

MP amplia de R\$ 720 para R\$ 800 por família o auxílio emergencial financeiro para os desastres

provocados pela seca em 2012 no Nordeste. Texto segue depois para Plenários da Câmara e do Senado. **8**

Portal Tupanatinga



Texto beneficia famílias submetidas à prolongada estiagem no sertão

Ministros têm audiências marcadas para hoje com senadores **6**

Plenário pode decidir sobre nova proposta para Fundo dos Estados **7**

CNI apresenta no Senado o Mapa da Indústria para a próxima década **7**



Renan fala em evento para empresários em São Paulo: necessidade de criar um bom ambiente para os negócios

Lidev/Ofi

Renan trata com empresários da situação da economia

O presidente do Senado participou de um evento realizado em São Paulo pelo Grupo de Líderes

Empresariais. Segundo Renan Calheiros, o Congresso deve favorecer o ambiente de negócios do país. **2**

especial Cidadania

Por internet e telefone, cidadãos participam dos debates do Senado

O Senado realizou ontem uma audiência sobre a maioria penal e outra sobre os novos direitos dos trabalhadores domésticos. Cidadãos de diversas partes do país participaram das discussões, por meio do telefone (Alô Senado) e da internet (e-Cidadania, Twitter e Facebook). **4 e 5**



Arthur Monteiro/Agência Senado

Menores que cumprem medidas socioeducativas em Brasília executam o Hino Nacional na abertura da audiência pública no Senado sobre a maioria penal

Renan discute crescimento do Brasil com empresários

Esforços do Congresso para combater a volta da inflação foram um dos assuntos durante almoço em São Paulo, quando o presidente do Senado apoiou iniciativas para favorecer o ambiente de negócios

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem que o Congresso atue para favorecer o ambiente de negócios no Brasil, combatendo a burocracia e incentivando o debate com as lideranças sociais e empresariais. Durante almoço organizado pelo Grupo de Líderes Empresariais — Lide, em São Paulo, Renan manifestou a preocupação do mercado e da população brasileira com a volta da inflação.

— O Congresso pode e deve ajudar. Agora mesmo, em relação ao equilíbrio fiscal, caberá ao Parlamento uma manifestação sobre o estoque de mais de 3 mil vetos que se acumularam — afirmou.

O presidente do Senado explicou que o Congresso estuda um sistema de votação em regime especial para projetos que favoreçam o ambiente econômico, social e empresarial, chamado de Brasil Mais Fácil. Ele destacou que, entre as queixas mais recorrentes do setor produtivo, estão a carga tributária e a burocracia.

Os empresários pediram a votação do PL 792/2007, que define a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, estimulando ações em prol do meio ambiente.

Como exemplo de projetos



Renan dá entrevista em evento promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais

que envolvem o setor empresarial, Renan citou a proposta de compensação de créditos apurados pelo contribuinte com débitos relativos a quaisquer impostos e contribuições, inclusive previdenciária. Ele destacou também a proposta que cria um novo tipo de sociedade anônima de capital fechado e simplificada.

Horas extras

No segmento trabalhista, Renan anunciou dois projetos: a regulamentação do trabalho terceirizado e a iniciativa que permite horas extras para trabalhadores com jornada inferior a 44 horas.

Sobre a segurança pública, o presidente do Senado disse que o modelo implantado no país está esgotado. Ele

defendeu a regulamentação do artigo 144 da Constituição.

— Precisamos definir quem vai presidir o inquérito policial, ter a atuação da polícia e do Ministério Público de forma mais definida, configurar melhor o inquérito policial com uma espécie de juizado de instrução.

Renan se disse favorável às votações abertas no Congresso e criticou o número excessivo de medidas provisórias. Ele minimizou as vaias sofridas pela presidente Dilma Rousseff na abertura da Copa das Confederações, no sábado.

— Quando um presidente se dispõe a participar de uma solenidade pública, tem que estar preparado para o que der e vier. Essas manifestações são naturais.

Senado corrige informações do *Estado*

A Assessoria de Imprensa da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado encaminhou a nota abaixo ao jornal *O Estado de S. Paulo*:

A matéria "Renan cria máquina de divulgação nos estados" publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* nesta segunda-feira, 17 de junho, está incorreta e apresenta uma visão parcial e distorcida da expansão da TV Senado e da Rádio Senado. A jornalista foi devidamente informada pela Secretaria Especial de Comunicação Social — SECS, por escrito e verbalmente, que não é verdade que haja orientação do presidente Renan Calheiros no sentido de acelerar o ritmo de implantação dos veículos, conforme diz a matéria.

A expansão é um processo, iniciado logo após a inauguração da TV Senado, em 1996, que passou por diferentes etapas e meios tecnológicos. O sinal, oferecido inicialmente para TV a cabo somente para Brasília, foi ampliado para as operadoras a cabo de todo o país, para antenas parabólicas, emissoras em sistema analógico em UHF, internet, e agora está na fase de implantação em sinal digital.

Em 2012, portanto antes da posse do presidente Renan, foi autorizada despesa de R\$ 15.175.452,76 para a TV e a Rádio Senado. A licitação para dez transmissores de TV, por ata de registro de preços, tramitou por meses e finalmente foi concluída no início de janeiro deste ano, no valor global de R\$ 12.725.452,70, gasto a ser efetivado quando os locais de instalação es-

tiverem prontos. Aonde a TV Senado chegar, sempre que possível, será implantada também a Rádio Senado. A despesa de aquisição com esses equipamentos constitui investimento único, suficiente para manter transmissões de rádio e TV por muitos anos.

O Ato 12/2011 da Mesa, que instituiu a Rede Senado de TV Digital, permitiu parcerias com assembleias e outras entidades públicas para cortar despesa permitindo, em contrapartida, ceder uma subcanalização de seu canal digital. O Senado firmou convênio com a Câmara dos Deputados, segundo o qual cada Casa implanta emissoras em 13 capitais, usando somente parte das 25 consignações que possui. A Câmara ampliou a sua expansão para o interior. Oito assembleias legislativas e uma Câmara de Vereadores também firmaram compromisso com o Senado, assumindo aluguel, energia e conservação da estação retransmissora.

O projeto de expansão é gerido de Brasília por um grupo de nove servidores efetivos não dedicados, que atuam no projeto sem prejuízo de suas atividades regulares. A equipe integra o Grupo Estratégico da Expansão da TV e Rádio Senado, aprovado no Planejamento Estratégico da Secs, de 2011. Não há equipe nos estados e as emissoras são monitoradas por sistema de telemetria.

Cancelada mostra de filmes em homenagem à Constituição

Por problemas de agenda, foi cancelada a mostra *O Cinema Nacional nos 25 Anos da Constituição*, programada para amanhã, com a exibição dos filmes *Central do Brasil*, *Cidade de Deus* e *Faroeste Caboclo*, além de três curtas de diretores de Brasília. A mostra, parte da comemoração dos 25 anos da Constituição no Senado, será reprogramada, provavelmente para o segundo semestre.

Comissão sabatina juiz indicado para cargo de ministro do TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sabatina amanhã o juiz Cláudio Mascarenhas Brandão, indicado pela Presidência da República para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga decorrente da aposentadoria de Horácio Raymundo de Senna Pires.

Vanessa Grazziotin homenageia líder comunista Dynéas Aguiar

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) homenageou o líder comunista Dynéas Aguiar, falecido na semana passada, aos 81 anos. Vanessa apresentou requerimento de voto de pesar e leu nota do PCdoB em que a direção do partido lembra que Dynéas Aguiar dedicou 63 anos da vida "ao Brasil, ao povo, à luta pelo socialismo e à construção do Partido Comunista do Brasil".

Nascido em 1932, Dynéas, conforme a nota, ingressou jovem no Partido Comunista e foi líder estudantil. Participou da resistência à ditadura e foi também secretário de Cultura e vice-prefeito de Campos do Jordão (SP).



Moreira Menezes/Agência Senado

Alvaro Dias registra voto de pesar pela morte de Victor Bauer

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou voto de pesar pela morte, no domingo, em consequência de um infarto, do empresário e ex-prefeito de Jaraguá do Sul (SC) Victor Bauer, pai do senador Paulo Bauer (PSDB-SC). Alvaro destacou a atuação de Victor Bauer como vereador e prefeito de Jaraguá do Sul por duas vezes.

— Além da paixão pela política, se destacou no cenário empresarial como diretor da Torrefação e Moagem de Café Alberto Bauer S.A. Foi proprietário da Capri Industrial, fábrica de chapéus e bolsas — acrescentou.

Também manifestaram pesar Eduardo Braga (PMDB-AM), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO MP da cesta básica

14h Duas medidas provisórias trancam a pauta. A MP 608/2013, que trata do sistema financeiro, e a MP 609/2013, que desonera produtos da cesta básica.

PRESIDÊNCIA Marco da Mineração

11h Lançamento do Marco da Mineração, no Palácio do Planalto; às 15h15, recebe indicados para o STJ; às 15h30, a ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos); às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Gilberto Carvalho

8h30 O secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, fala sobre denúncias contra Rosemary Noronha.

CCT Alerta sobre desastre climático

9h Projeto que obriga veículos de comunicação a emitir alertas sobre desastres climáticos consta da pauta da comissão.

CAE Alexandre Tombini

9h Comissão analisa créditos externos para o Ceará e o Acre. Às 10h30, recebe o Mapa da Indústria, da CNI. Às 14h, ouve o presidente do BC, Alexandre Tombini.

CE José Eduardo Cardozo

10h Analisa projeto que adia feriados para as sextas-feiras. Às 15h, o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) fala sobre o Arquivo Histórico Nacional.

CMMC Agricultura de baixo carbono

11h A comissão debate a agricultura de baixo carbono com representantes dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

CAS Comissão sobre vendas

11h Audiência pública trata do projeto que torna obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial.

CDH/CAS Consumo seguro

14h O consumo seguro como determinante da saúde é o tema da audiência conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais.

CRE Embaixador para o Vaticano

15h A Comissão de Relações Exteriores analisa mensagem do Executivo indicando Denis Fontes de Souza Pinto para embaixador junto ao Vaticano e, cumulativamente, à Malta.

CMO Saídas para evitar a burocracia

16h Audiência pública da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para debater o tema "Entraves burocráticos: realidades e soluções".

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, **audiência da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor**; às 11h, **audiência da Comissão de Assuntos Sociais**. E, às 14h, a **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Jonas Pereira/Agência Senado



Manifestantes concentrados na cobertura do Congresso

Marcha do Vinagre termina com subida ao teto do Congresso

Manifestantes gritavam “o Congresso é nosso”. Ao longo da tarde, diversos senadores discursaram sobre as manifestações pelo país

MARCHA COM APROXIMADAMENTE 10 mil pessoas, na grande maioria jovens, tomou, durante cerca de quatro horas, o gramado e o espelho d'água em frente ao Congresso Nacional, ocupando, por volta das 19h30, o teto do edifício, onde se localizam as cúpulas do Senado e da Câmara dos Deputados. Os manifestantes protestavam especialmente contra os gastos públicos com a Copa do Mundo e o que consideram investimentos insuficientes em educação, além da atuação de governantes e parlamentares.

Batizada por eles mesmos de Marcha do Vinagre, em alusão ao produto utilizado para amenizar os efeitos do gás

lacrimogêneo, a manifestação também foi organizada em apoio a outros movimentos semelhantes, como o que pede a diminuição das passagens de ônibus urbanos em São Paulo.

— O Congresso é nosso — gritavam os manifestantes ao subirem ao topo do prédio, onde se postaram principalmente abaixo da cúpula da Câmara dos Deputados, num gesto simbólico de conquista.

As horas que antecederam a ocupação, feita por uma das abas que liga o teto do Congresso ao Eixo Monumental, foram de muita agitação. Jovens chegaram ao gramado do Congresso vindos do Museu da República, onde se concentraram inicialmente.

Portavam cartazes com palavras de ordem e faixas. Além de refrões próprios, entoaram seguidas vezes o Hino Nacional e pediram à polícia que não cometesse atos de violência.

A força policial, composta a princípio de 200 homens, segundo o comando da operação, postou-se principalmente em volta do espelho d'água do Congresso, para impedir a invasão do prédio pela rampa principal ou pelas entradas laterais. Esse foi o ponto de maior enfrentamento entre manifestantes e policiais, que receberam vários banhos de água da parte dos ativistas e foram convidados a agir como “parte do povo”. Em alguns momentos, a polícia usou

gás de pimenta para afastar os manifestantes, mas alguns conseguiram furar a barreira de policiais, o que levou à prisão de dois deles.

— Essa manifestação mostra que os policiais de Brasília são muito disciplinados. Estão aguentando as provocações sem tomar nenhuma medida violenta — disse o comandante da operação, o tenente-coronel Mauricio Gouveia.

Um dos líderes do movimento, o estudante e empresário Wellington Fontenelle, disse que os organizadores não tinham condição de conter os mais exaltados.

— Há um grupo de 15 que provocam. O que a gente pode fazer? — questionou.

Senadores interrompem sessão plenária e negociam com grupo de manifestantes

A manifestação não alterou a rotina do Senado até as 19h30, quando, por solicitação de Paulo Paim (PT-RS), foi encerrada a sessão plenária. A decisão coincidiu com a subida dos manifestantes ao teto do Congresso, abandonado depois em clima de festa.

Por volta das 20h30, a maior parte dos manifestantes já havia deixado o teto do prédio, mas um grupo resistiu e tentava ainda entrar no edifício pela rampa central.

Negociação com o grupo foi empreendida pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Paulo

Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Às 21h, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, emitiu nota oficial (*veja íntegra no quadro azul ao lado*).

À tarde, senadores discursaram no Plenário sobre as manifestações que tomaram conta

do país (*leia abaixo*), desde um primeiro protesto em São Paulo, na semana passada, promovido pelo Movimento Passe Livre.

Além das críticas aos aumentos de passagens, os gastos com a Copa do Mundo também são alvo dos descontentes.

Nota à população

Divulgada pelo presidente do Congresso na noite de ontem

O Congresso Nacional reconhece a legitimidade de manifestações democráticas como as havidas hoje, desde que as instituições sejam preservadas.

Pessoalmente, dei ordens à Polícia Legislativa para que não reprimisse a manifestação popular e que em nenhuma hipótese usasse de violência, mantendo apenas a ordem necessária.

O Congresso Nacional continuará aberto às vozes das ruas e recolherá todos os sentimentos das manifestações a fim de encaminhar soluções no que lhe couber, como não poderia ser diferente em um ambiente democrático.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional

Em análise, proposta que pode baixar preço de passagens com isenção de impostos

A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de hoje, antecipada para as 9h, vai incluir a leitura do relatório de Lindbergh Farias (PT-RJ) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 310/2009, que institui o Regime Especial de Incentivo para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup). Na prática, a proposta desonera o transporte público, medida que pode reduzir o preço das passagens.

O projeto prevê que, em caso de implantação de regime de bilhete único ou do sistema de transporte integrado, será possível conceder redução dos tributos incidentes sobre a prestação dos serviços e sobre a aquisição de insumos neles empregados. Os beneficiários diretos serão as empresas prestadoras dos serviços de transporte público de passageiros.

Alvaro vê em marcha um movimento pela dignidade

Há, no Brasil, o começo de um movimento que quer mudança em tudo e que deseja dignidade em primeiro lugar. A afirmação foi feita por Alvaro Dias (PSDB-PR) em discurso ontem.

Para o senador, os jovens que estão na rua não são abandonados pelos pais nem militantes de partidos. Na opinião dele, são jovens abandonados pelo sistema, revoltados com os políticos, com a segurança e com a situação do país.



Segundo Agripino, classe média mostrou desagrado a Dilma

José Agripino (DEM-RN) afirmou ontem que o governo precisa refletir e adotar providências em relação às vaias recebidas pela presidente Dilma Rousseff na abertura da Copa das Confederações, no último sábado.

Para ele, a vaia representa uma manifestação de profundo desagrado da classe média com o governo de Dilma.

— A classe média do Brasil deu um recado com aquela manifestação — disse Agripino.

Rolleberg: população quer uma nova agenda política e econômica

Ao fazer uma análise em Plenário dos recentes protestos em todo o país, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) disse ontem que as ações indicam que a população quer uma nova agenda política e econômica. Ele observou que o Brasil precisa retomar os investimentos, especialmente em áreas como transporte, segurança e saúde, pois há uma “inconformidade imensa” com a qualidade de vida nas grandes cidades.



Suplicy e Paulo Paim destacam manifestações de rua pelo país

Durante a sessão plenária de ontem, Eduardo Suplicy (PT-SP, *foto*) e Paulo Paim (PT-RS) saudaram e classificaram como importantes as manifestações realizadas nas ruas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Brasília.

Suplicy e Paim disseram que o movimento não está politizado, mas defende “grandes causas”, como saúde, educação, transporte público e transparência no gasto do dinheiro público.

Para Viana, é preciso entender causas da atual insatisfação

Jorge Viana (PT-AC) afirmou ontem que as manifestações realizadas nos últimos dias refletem uma insatisfação com a vida nas cidades. Para o senador, antes de achar culpados, é preciso entender o que causa a insatisfação, na sua opinião, legítima.

Jorge Viana disse que é preciso identificar o problema real das cidades brasileiras e entender que a manifestação se dá em cima de situações concretas.



Desonerações no transporte têm que ter contrapartida, diz Inácio

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou ontem que os protestos em todo o Brasil em razão do preço das passagens de ônibus estão certos. Para o senador, as desonerações que o governo concederá às empresas de transporte urbano têm de ter como contrapartida a diminuição do preço das passagens.

Inácio disse que governantes têm de estabelecer o pagamento justo pela passagem do transporte coletivo.

Lio de Paula/Agência Senado



Pela internet, cidadãos de todo o Brasil participam de debates no Senado

A sociedade tem voz ativa nas discussões que ocorrem no Senado. A Casa criou ferramentas que permitem a cidadãos de qualquer lugar do Brasil e do mundo emitir opiniões e participar dos debates. A interação pode ser pelo

telefone e pela internet. As audiências públicas organizadas pelas comissões, sobre temas de interesse nacional, são transmitidas ao vivo pela TV Senado e pelo portal da Casa na internet. A Rádio Senado também cobre debates. Telespectadores,

internautas e ouvintes interferem nas discussões por meio do Alô Senado (0800 612211), do e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania), do Twitter (@e_cidadania) ou do Facebook (www.facebook.com/eCidadaniaSF). Ontem, o Senado fez

duas audiências que contaram com a participação a distância dos cidadãos. Uma abordou a possibilidade de redução da maioria penal de 18 para 16 anos. A outra tratou da regulamentação dos novos direitos dos empregados domésticos.



Orquestra formada por menores que cumprem medidas socioeducativas em centro de internação de Brasília executa o Hino Nacional na abertura da audiência sobre maioria penal

Audiência discute redução da maioria penal

A redução da maioria penal, prevista em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, foi criticada ontem em uma audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em lugar da redução da idade para punição criminal, os debatedores defenderam o fortalecimento das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes e disseram que a violência que assombra a classe média só ganha destaque devido à exploração pela mídia, que transmite à sociedade uma visão distorcida da realidade.

Para a representante do Conselho Federal de Psicologia, Cynthia Rejanne Correa Araújo Ciarallo, a violência ganha destaque não porque os atos

infracionais praticados por adolescentes “tomam conta do país”, mas porque “a pauta midiática recorta e elege fatos isolados como destinação de política juvenil”.

Eleições

Ela apontou a proximidade de eleições de 2014 e disse que, “quando as paixões entram em cena, há risco de que as violações aconteçam”.

Cynthia afirmou que “há hoje umas dez empresas que tomam conta do país por causa do poder de informação, que deveriam estar discutindo os direitos ainda não consagrados previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas socioeducativas em processo de implantação que não aparecem na televisão”.

— O problema real não é a quantidade de homicídios praticados por adolescentes, que não podem servir de bode expiatório para problemas mais amplos, mas outras violações que ocorrem no país. O conceito de adolescente só é discutido quando gera inquietação na sociedade — afirmou.

A psicóloga disse que a redução da maioria penal vai reforçar a superlotação dos presídios, “locais onde não prevalece a responsabilidade, mas a vingança e o suplício”. Segundo ela, o país está na “contramão da política”, a discutir a violência a partir do comportamento dos adolescentes.

— Estamos cometendo um equívoco constitucional. As empresas de seguro faturam com as

informações da mídia, que elege de tempos em tempos de quem a gente deve ter medo. O adulto usa o adolescente [para o crime] porque o adolescente está só, à mercê do adulto. Essa é a pergunta, e não por que o adolescente vai até o adulto — afirmou. A psicóloga também defendeu a elaboração de um marco regulatório da comunicação, “para acabar com o medo absurdo que é passado [à sociedade pela mídia] e, de fato, não é real no país”.

A audiência foi aberta com a execução do Hino Nacional por orquestra dirigida por um agente de reintegração social e composta por adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na Unidade de Internação do Plano Piloto, em Brasília.

Sociedade é elitista, afirma Ana Rita

A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), disse que a sociedade não se comove quando um jovem pobre e negro é assassinado.

— A sociedade é muito elitista, penaliza jovens pobres e negros, mas não dá o mesmo tratamento a jovens ricos que cometem ato infracional.

Para José Pimentel (PT-CE), a solução contra a criminalidade é a escola em tempo integral. Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a renda básica de cidadania.

Senado recebe 600 manifestações por canais interativos

Essa foi a terceira e última audiência pública sobre a maioria penal promovida pela CCJ. Os cidadãos participaram do debate por meio de telefone, do Portal e-Cidadania, do Twitter e do Facebook.

Computadas as duas audiências anteriores, foram 591 manifestações, enviadas de todo o país. Do total, 73% das participações chegaram pela internet e outros 27% pelo telefone do Alô Senado (0800 612211).

Propostas de melhoria na lei das domésticas

O projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 72, que amplia os direitos dos empregados domésticos, foi elogiado pelos participantes de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência também teve a participação, por meio da internet e de telefone, de cidadãos de todo o país.

Atendendo a requerimento da presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), e de Paulo Paim (PT-RS), a audiência serviu para que representantes do Judiciário, do Executivo, dos empregadores e dos empregados domésticos fizessem sugestões para aperfeiçoar o projeto (PLS 224/2013 — Complementar).

Ana Rita lamentou que o texto não será discutido nas comissões de mérito do Senado, mas apenas no Plenário.

Apesar de convidado, Romero Jucá (PMDB-RR), relator do PLS 224/2013, não compareceu à audiência. Paim sugeriu que as contribuições da reunião sejam entregues a Jucá antes que o projeto

entre na pauta do Plenário, o que está previsto para esta semana.

Entre pontos para aperfeiçoamento, a questão do banco de horas foi citada pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maurício Godinho e pelo diretor de Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano. Os dois sugeriram que o período de 12 meses para compensação de horas extras seja diminuído para três meses.

— Para trabalho doméstico, esse período é longo demais — disse Feliciano.

Segundo o magistrado, também faltou colocar um limite diário para o trabalho, que, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é de duas horas a mais que a jornada de oito horas, somando dez horas por dia. Ele sugeriu extirpar do projeto a proposta de jornada em regime parcial, que seria de até 25 horas semanais e poderia reduzir a remuneração abaixo do salário mínimo.

Inspeção

Outro ponto destacado pelos participantes foi a inspeção do trabalho doméstico pelos

auditores fiscais do Trabalho. Segundo Godinho, a versão final do projeto retirou um artigo que colocava várias regras para a fiscalização trabalhista, como a autorização do empregador. Sem esse artigo e com a simples remissão ao disposto pela CLT, o projeto, nesse ponto, seria inconstitucional, segundo Godinho.

— A Constituição não autoriza que o auditor fiscal do Trabalho penetre na residência das pessoas com a mesma desenvoltura com que ele penetra na empresa. Isso é manifestamente inconstitucional — disse.



Ana Rita (C) coordena debate com representantes de empregados, empregadores, da Justiça e do Executivo

Projeto prevê renegociação de dívidas

Para o secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Guimarães, um ponto preocupante é a renegociação das dívidas dos empregadores que não contribuíam com a Previdência ou não assinavam a carteira.

O PLS 224 cria o Programa de Recuperação

Previdenciária dos Empregadores Domésticos (Redom). Pelo programa, o empregador pode parcelar as dívidas que tem com a Previdência Social, em relação a empregado que presta serviço há anos sem carteira assinada.

Para isso, deverá assinar a carteira retroativamente,

mas só pagará os últimos cinco anos, prazo limite da reclamação de direitos trabalhistas passados.

Apesar de não ter alternativa definida para o caso, o Ministério da Previdência teme que, da forma atual, possam acontecer fraudes na regularização.

— Como não ficou claro no texto, corre-se o risco de o empregador assinar carteira retroativa de alguém que nem empregado doméstico era, por 35 anos, e pagar 5. Gera uma aposentadoria imediata, num valor elevado. É aquela coisa: pague 5, leve 35 — alertou.

Cidadão sugere atenção a cuidadores de idosos

Transmitido ao vivo pela TV Senado, o debate motivou 31 participações de cidadãos em todo o país e até no exterior, por meio da internet e de telefone.

Entre as participações pelo Portal e-Cidadania, um internauta que estava em Miami, nos Estados Unidos, demonstrou

preocupação com a situação de idosos que poderiam ficar sem condições de manter cuidadores depois da regulamentação dos direitos dos empregados domésticos. Ele pediu uma transição suave para que os idosos não fiquem desamparados.

Diante dessa observação, Paim defendeu

uma lei específica para os cuidadores, sem prejuízo da lei que vai regulamentar os domésticos.

— Temos que aprovar a lei específica para o cuidador. O que não pode agora é prejudicar a doméstica — afirmou o senador.

Outro internauta sugeriu a criação de uma

cartilha explicando todos os direitos e deveres dos empregadores e empregados domésticos. A coordenadora-geral de Fiscalização do Trabalho, Tânia Mara Costa, esclareceu que já existe um guia disponível no site do órgão (www.trabalho.gov.br).

Ministro adverte que casa não pode sofrer fiscalização

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maurício Godinho alertou para o trecho do projeto que permite fiscalização nas casas das famílias. Ele afirmou que isso, sem autorização do empregador, esbarra no preceito constitucional de que a casa é asilo inviolável do indivíduo.

— É preciso que o diploma legal preveja uma modalidade de fiscalização que respeite o

preceito constitucional — disse Godinho.

Em análise mais ampla do texto, Godinho reiterou que alguns ajustes têm de ser feitos do ponto de vista técnico. Ana Rita afirmou que as dificuldades enfrentadas até hoje pelos empregados domésticos, em sua maioria mulheres, é resultado de um processo histórico que inclui patriarcalismo, racismo, elitismo e preconceito.

Texto segue para análise de mais uma comissão

A regulamentação dos direitos dos empregados domésticos foi retirada da pauta de hoje do Plenário porque passará antes pelo exame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ontem, durante a audiência na CDH, Ana Rita havia lamentado o envio da proposta ao Plenário.

Ela disse que o texto deveria ser debatido também em outras comissões, e não apenas na comissão especial criada para o tema. Ana Rita citou a CDH, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE) e a CCJ. De qualquer forma, lembrou ela, poderão ser apresentadas emendas à proposta — que será votada nos Plenários do Senado e da Câmara.

A senadora reiterou a estimativa de que o setor emprega quase 7 milhões de pessoas, das quais 93% seriam mulheres e 57%, negras.

— Esses 7 milhões de pessoas permitem que outras mulheres possam sair de suas casas para trabalhar em outros setores da economia — assinalou a presidente da CDH.

Em Plenário, Paim cita preocupações de juízes

Paulo Paim (PT-RS) falou em Plenário sobre a votação da regulamentação e mencionou a preocupação da Anama-

trata com o projeto, ressaltando a sugestão de proibição de trabalho doméstico para menores de 18 anos:

Outras preocupações da Anamatra citadas por Paim dizem respeito à falta de distinção entre horas à disposição do empregador e horas

livres e à hipótese de trabalho em tempo parcial, que poderia permitir remuneração menor que o salário mínimo.



Paulo Paim

Paim classificou como “bogatagem” o conceito de que a nova legislação do trabalho doméstico provocará demissões em massa. Para ele, é possível diminuir as contribuições do empregador e do empregado e ampliar a desoneração do Imposto de Renda.



Lúcia Vânia, ouvidora-geral, cita baixa participação feminina

Em 5 meses, mais de 1.100 manifestações chegaram à Ouvidoria

A eleição da atual Mesa do Senado, presidida por Renan Calheiros, em fevereiro, motivou a maior parte das manifestações registradas pela Ouvidoria do Senado nos primeiros cinco meses de 2013.

O assunto esteve em 34% dos 1.172 contatos recebidos pela Ouvidoria no período, seguido por pedidos de publicações do Senado e pela reforma do Código Penal.

Das manifestações, mais da metade teve origem na Região Sudeste, principalmente São Paulo e Rio.

As mulheres foram responsáveis por 32% das manifestações. afirmou Lúcia Vânia (PSDB-GO), a ouvidora-geral do Senado:

— É um número extremamente baixo se considerarmos que há 97 milhões de mulheres no Brasil, de acordo com o mais recente censo do IBGE.

Sobre o plano estratégico da Ouvidoria para o período 2013–2014, no qual constam ações que buscam estimular os cidadãos a procurar mais o órgão, ela disse:

— Estamos trabalhando para divulgar o papel do órgão dentro e fora do Senado. A Ouvidoria é um instrumento de controle social da gestão pública. Queremos fazer com que mais pessoas, por meio de sugestões, elogios, críticas, denúncias e reclamações, possam ajudar o Senado a aperfeiçoar as atividades administrativas e legislativas.

Mídia rebaixa tema, diz representante do governo

Para o representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República na audiência pública, Alex Reinecke de Alverga, o fenômeno da violência é complexo e tem sofrido um “empobrecimento” devido à forma como é discutido.

A redução da maioria penal, afirmou, não pode ser uma matéria

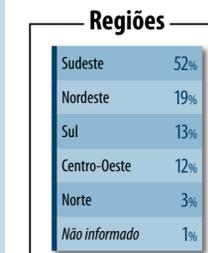
exclusivamente penal, visto que tal abordagem “realiza uma profunda e perigosa inversão em que as consequências são tornadas causas”.

— É um desserviço, como esse debate é colocado na mídia. Há um rebaixamento do tema. É preciso fortalecer a garantia de direitos e o cumprimento de medidas

socioeducativas — disse. Para o promotor de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Distrito Federal, Renato Barão Varalda, a atual maioria penal é uma cláusula pétreia da Constituição e não pode ser alterada.

— A redução da maioria não vai diminuir a violência. Temos que

ter políticas públicas. Os adolescentes não são responsáveis pela maioria dos crimes. São responsáveis por menos de 20%. A internação é prisão, o viés é pedagógico, mas há redução da liberdade. A situação do adolescente é peculiar. Faltam programas pedagógicos estaduais, há escassez de servidores qualificados.



Carvalho tratará de suposta investigação paralela sobre o caso Rosemary Noronha, Cardozo fará esclarecimentos sobre Arquivo Nacional e Tombini abordará economia

Ministros e presidente do BC falam no Senado

TRÊS DAS PRINCIPAIS autoridades do governo federal estarão hoje no Senado. Falarão aos senadores, em audiências públicas, os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) e o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Tombini estará na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde tratará da política monetária do governo. A audiência é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê uma avaliação semestral dos objetivos e das metas da economia.

O presidente do Banco Central comparece à CAE num momento em que a presidente Dilma Rousseff assegura que a inflação e as contas públicas estão sob controle. Na última vez em que esteve no Congresso, no mês passado, Tombini mostrou-se igualmente otimista com o crescimento da economia e previu a queda da inflação no segundo semestre.

Rosemary

Gilberto Carvalho estará na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e



Presença do presidente do BC consta na Lei de Responsabilidade Fiscal

Fiscalização e Controle (CMA) para prestar esclarecimentos sobre uma suposta investigação paralela à sindicância aberta pela Casa Civil da Presidência da República sobre suposto tráfico de influência envolvendo a ex-chefe do escritório da Presidência em São Paulo, Rosemary Noronha.

A presença de Gilberto Carvalho à CMA foi solicitada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O requerimento do senador está fundamentado em reportagem publicada pela revista *Veja* no mês passado



Carvalho deve falar sobre matéria da *Veja* a respeito de investigação

que acusa a Secretaria-Geral da Presidência de tentar impedir que a sindicância da Casa Civil sobre a atuação de Rosemary fosse concluída.

— As investigações comprovaram que Rosemary usava o cargo que ocupava para traficar interesses, influenciar decisões e indicar pessoas na estrutura pública. No entanto, a reportagem informa que no mesmo dia [em que a Casa Civil abriu a sindicância] a Secretaria-Geral da Presidência instaurou um processo “com vistas a obter informações,



Cardozo pode explicar denúncias sobre a má conservação do Arquivo

acompanhar as apurações e orientar os órgãos envolvidos” — afirmou Aloysio.

O senador quer que Carvalho não só esclareça a existência da “investigação paralela” como confirme a produção de um documento resumindo as conclusões da apuração, que conteria uma série de ressalvas e advertências à comissão de sindicância.

Arquivo Nacional

O ministro José Eduardo Cardozo, por sua vez, estará na Comissão de Educação,

Cultura e Esporte (CE), onde falará sobre a situação do Arquivo Nacional.

A instituição, que é subordinada ao Ministério da Justiça, é responsável pela gestão, pelo recolhimento, pela preservação e pela divulgação da produção de documentos da administração pública federal, patrimônio documental do país.

A audiência pública atende requerimento apresentado por Ana Amélia (PP-RS) para apurar denúncias de má conservação do prédio da instituição, no Rio de Janeiro, o que coloca em risco a preservação de documentos históricos.

O acervo do Arquivo Nacional foi atingido por um temporal em março passado. A chuva danificou 136 caixas com documentos, entre eles arquivos originais do Tribunal de Segurança Nacional relativos à Era Vargas (1930-1945). Papéis da Divisão do Serviço de Informações do Ministério da Justiça da época do regime militar (1964-1984) também foram atingidos. Seis dos oito andares do prédio ficaram alagados.

Ex-dirigentes da Petrobras deveriam estar na cadeia, afirma Ivo Cassol



Ivo Cassol (PP-RO) quer convocar o ex-presidente da Petrobras José Sergio Gabrielli para prestar esclarecimentos no Senado.

Em pronunciamento ontem, Cassol disse que alguns dos gestores que passaram pela Petrobras deveriam estar presos. A razão pela qual o senador acusou os dirigentes foi a compra de uma refinaria no Texas (Estados Unidos) por valor que estaria muito acima do preço real.

— Infelizmente os gestores da Petrobras do passado deviam estar na cadeia — disse Cassol.

Ele quer explicações de Nestor Severo, ex-diretor de Assuntos Internacionais da empresa. O senador apresentou requerimento à CMA com esse fim.

Raupp defende expansão da abertura comercial para ajudar indústria no país



Valdir Raupp (PMDB-RO) mostrou-se preocupado com os indicadores econômicos da indústria brasileira. Em discurso ontem, o parlamentar disse

que, apesar do bom momento vivido pela agropecuária, o setor industrial apresenta dificuldades e exige do governo “medidas urgentes e enérgicas para mudar a situação”.

— Não se pode descuidar de outras áreas, como a indústria, que encolheu neste primeiro trimestre 0,3% em relação ao último trimestre de 2012 — afirmou.

Para Raupp, uma saída seria aumentar a abertura comercial brasileira, com a celebração de acordos com outros países, além do Mercosul.

Suplicy homenageia a autora de livros infantojuvenis Tatiana Belinky, morta sábado

Eduardo Suplicy (PT-SP) prestou homenagem à escritora Tatiana Belinky, morta no sábado, aos 94 anos. O senador apresentou um requerimento de voto de pesar.

— A literatura está mais triste. Perdeu uma das suas principais escritoras, Tatiana Belinky, autora de mais de 200 livros infantojuvenis, entre eles *Coral dos Bichos* e *O Rabanete* — disse.

Suplicy informou que Tatiana nasceu na Rússia e mudou-se para o Brasil com 10 anos. Começou a escrever peças para o público infantil em 1948. Entre 1951 e 1964, a companhia teatral dela apresentou peças ao vivo pela TV Tupi.

— Tatiana e seu marido adaptaram para a TV Tupi, em 1952, a primeira versão do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, de Monteiro Lobato, com 350 capítulos, além de diversas minisséries criadas a partir de romances famosos.

Ataídes propõe gratuidade em cursos técnicos para pessoas em situação de risco social



Ataídes Oliveira (PSDB-TO) anunciou em Plenário ontem que apresentou dois projetos determinando a reserva de vagas gratuitas em cursos

técnicos do Sistema S destinadas a mulheres em situação de violência familiar, condenados em regime semiaberto e dependentes de drogas em reabilitação.

O parlamentar explicou que o projeto que visa a capacitação de mulheres (PLS 216/2013) tem como principal objetivo dotar as vítimas de violência doméstica da capacidade de se autossustentar financeiramente, para que tenham condições de se livrar da dependência econômica dos agressores, a principal causa, conforme explicou, da submissão reiterada a maus-tratos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Segundo Braga, projeto anterior de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados foi resultado de amplos debates; expectativa é votá-lo ainda hoje. Prazo estipulado pelo Supremo termina dia 23

Texto do FPE será “próximo” do rejeitado pela Câmara

O LÍDER DO governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que a nova proposta de redistribuição do dinheiro do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a ser votada no Plenário nesta semana, será, “se não idêntica, muito próxima” da aprovada no Senado em abril. O primeiro projeto (PLS 192/2011 — Complementar) foi rejeitado pela Câmara na semana passada.

— Se houver alguma modificação, será pontual, porque nós construímos uma maioria naquele texto. Não é fácil construir maioria num texto que tem debates federativos legítimos e precisa ser decidido no voto — afirmou Braga.

Semana passada, Romero Jucá (PMDB-RR) já havia dito que a nova proposta seria semelhante, com ajuste de “detalhes”. O relator será o mesmo, Walter Pinheiro (PT-BA).

O texto de Pinheiro mantinha os coeficientes atuais de distribuição dos recursos até 2015. Em 2016 e 2017, seria garantido um piso, correspondente aos valores recebidos pelos



Eduardo Braga, líder do governo, trabalha para que proposta seja votada hoje

estados em 2015, corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e 50% da variação real do produto interno bruto (PIB). O excedente seria distribuído conforme a população e o inverso da renda per capita.

Segundo Braga, o dia de hoje será de articulações para viabilizar a votação até o fim do dia no Plenário. Haverá reunião de líderes para buscar consenso.

— Há entendimento das lideranças para votarmos as duas medidas provisórias que trancam a pauta e depois começarmos a analisar o FPE.

Ele se mostrou otimista sobre o cumprimento do prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal para a definição do novo modelo, que termina dia 23:

— Tenho certeza de que o Senado vai manifestar a vontade da Federação. Esperamos que a Câmara possa votar até o prazo estabelecido pelo Supremo.

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), considerou “pouco provável” a votação hoje.

— Votar um assunto que a Câmara já rejeitou envolve rediscussão. Com a rejeição da Câmara à proposta do Senado, a discussão voltou à estaca zero.

Juristas apresentam sugestões para novo Código Comercial

A comissão de juristas responsáveis pela elaboração do anteprojeto do novo Código Comercial realizou ontem a quinta reunião.

Nos relatórios apresentados pelas subcomissões foram apontados a dificuldade na legalização e registro das empresas no Brasil; a abrangência do novo código, que envolve a discussão sobre títulos empresariais; o estabelecimento do princípio geral da boa-fé e ética na interpretação dos contratos; comércio eletrônico; função social da empresa; a regulação da atividade dos shoppings; e associações, cooperativas



Instalada em maio, comissão tem até novembro para concluir os trabalhos

e sociedades anônimas.

Em uma apresentação sobre jurimetria, que é a investigação do Direito por meio da estatística, o advogado Marcelo Guedes Nunes sugeriu a adoção de práticas recorrentes e bem-sucedidas nos mercados. Segundo ele, estudos reiteram

a associação entre regulação simples e crescimento econômico acelerado.

Para Marcelo Guedes, é importante elaborar uma lei enxuta, racional, moderna e simples, “endereçoada aos problemas reais que são detectados na economia”.

tranquilizar os empregados, o que gera distorções na política salarial do setor — disse.

Foram convidados representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, da Federação do Comércio do Distrito Federal e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

O requerimento da audiência pública é de autoria de Paulo Paim (PT-RS).

Audiência avalia comissão mínima para vendedor

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) faz audiência pública hoje, às 11h, para discutir a regulamentação do pagamento de percentual mínimo de 4% sobre as vendas para os trabalhadores do comércio, conforme projeto de Ruben Figueiró (PSDB-MS).

De acordo com o PLS 47/2013, o comerciante só não receberá o percentual se houver condição mais

benéfica, fixada em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Figueiró explica que a intenção é uniformizar o percentual da comissão.

— Nas empresas de grande porte, principalmente, observamos prática do pagamento de comissões de forma diferenciada, o que causa enormes descontentamentos, pois não se tem um valor uniforme mínimo, capaz de

Comissão discute rumos da indústria ao longo dos próximos 10 anos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje uma audiência pública para conhecer o *Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022*. A audiência atende requerimento do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e terá como palestrante o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

O *Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022*, documento elaborado pela CNI,

busca apontar o caminho que a indústria e o Brasil devem percorrer na próxima década para aumentar os níveis de produtividade e eficiência e alcançar um elevado grau de competitividade, respeitando os critérios de sustentabilidade.

O mapa é resultado de debates e das contribuições de mais de 500 pessoas, entre empresários, executivos, acadêmicos e presidentes de associações setoriais e federações de indústrias.

Relação entre consumo seguro de alimentos e saúde é tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), audiência pública sobre o consumo seguro de alimentos como novo determinante da saúde. A senadora Ana Rita (PT-ES) solicitou o debate a pedido da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A Anvisa adverte que o açúcar, a gordura saturada (origem animal), a gordura trans e o sódio são elementos cada vez mais presentes nos produtos industrializados e o consumo desses produtos em excesso traz danos à saúde — entre eles, a obesidade e as doenças cardiovasculares. A agência alerta ainda para o fato de que a propaganda, principalmente na televisão, incentiva o consumo de alimentos que nem sempre são essenciais ou fazem bem

para a saúde do ser humano.

Entre os temas que serão discutidos na audiência, estão a obesidade infantil, a influência da publicidade no consumo dos alimentos e o uso de agrotóxicos e produtos químicos nos alimentos.

Foram convidados para a audiência o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa da Silva Júnior; o presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), João Alziro Herz da Jornada; o diretor-adjunto de Controle e Monitoramento Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Neilton Araújo de Oliveira; e a secretária nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva.

O debate começa às 14h na Sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Ana Amélia informa que Anvisa fará novo concurso público

A senadora Ana Amélia (PP-RS) informou ter recebido ligação do diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, informando a realização de novo concurso público para o órgão. As provas aplicadas em 2 de junho foram alvo de denúncias dos candidatos devido a falhas.

Em audiência na quarta-feira, o economista Ivo Bucaresky, indicado para recondução ao cargo de diretor da Anvisa, admitiu que havia “comprometimento” do concurso, depois de ouvir cobranças de Ana Amélia.

Ao receber a informação, Ana Amélia cumprimentou Dirceu Barbano e Ivo Bucaresky pela decisão tomada e

elogiou a agilidade no anúncio feito pela Anvisa antes do prazo estabelecido.

O concurso, realizado pela Cetrot, reuniu cerca de 125 mil candidatos em todo o país. Os participantes reclamaram de atraso na entrega dos cadernos com as questões e de provas violadas. Vários candidatos enviaram e-mails a Ana Amélia reclamando do processo seletivo e sugerindo a reaplicação das provas.



Senadora cumprimentou os dirigentes do órgão pela decisão

Caso aprovado, relatório que aumenta para R\$ 800 auxílio emergencial financeiro será votado nos Plenários da Câmara e do Senado

MP de socorro a atingidos pela seca vai a votação hoje em comissão mista

EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) apresenta hoje relatório à Medida Provisória 610/2013, que amplia de R\$ 720 para R\$ 800 por família o auxílio emergencial financeiro para desastres provocados pela seca em 2012. O valor virá de adicional

ao Benefício Garantia-Safra para o período 2011-2012. O texto também autoriza doação de milho a governos estaduais que tenham municípios na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em situação de

emergência. O milho doado será vendido a pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos. Depois da votação na comissão mista que analisa a MP, o relatório será votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

O texto ainda permite aos municípios liquidar dívidas com desconto nas operações contratadas até 2006 no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

(Com Agência Câmara)

Pedro Franco/Agência Senado



Senador Eunício Oliveira é o relator da MP 610 na comissão de análise



Ely Moraes

A falta de chuvas provocou a perda de plantações no semiárido nordestino; MP amplia auxílio a pequenos produtores

Congresso discute hoje agricultura de baixo carbono

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) debate hoje, em audiência pública, a agricultura de baixo carbono e a extensão rural.

A agricultura de baixo carbono utiliza técnicas sustentáveis que ajudam a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a preservar os recursos naturais. O tratamento de resíduos animais, a recuperação

de pastos e o plantio de florestas comerciais são alguns exemplos.

Segundo o Ministério da Agricultura, já foram realizados mais de 14 mil contratos, totalizando R\$ 4,46 bilhões em financiamentos, desde a criação da linha de crédito para a agricultura de baixo carbono no Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011.

Em três anos, de acordo com

o ministério, o crescimento foi de 507% na aquisição de empréstimos pelos produtores para adoção das tecnologias de integração lavoura-pecuária-floresta, plantio direto e florestas plantadas, entre outros.

Na Conferência da ONU sobre Mudança do Clima (COP-15), realizada em Copenhague (Dinamarca) em 2009, o Brasil se comprometeu a reduzir as

emissões carbono entre 36,1% e 38,9% até 2020.

Foram convidados para o debate o diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, José Guilherme Leal, e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e da organização ambientalista Greenpeace.

Senadores votam alerta de desastre por rádio e TV

Volta à pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) hoje o projeto que obriga a divulgação, por concessionárias de TV, rádio e telefonia celular, de alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres climáticos. A votação do substitutivo do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ao PLS 490/2009, originalmente agendada para terça passada, tinha sido adiada.

A proposta original, do ex-senador Raimundo Colombo, sugeria a criação do Centro de Prevenção de Desastres Climáticos (CPDC). O órgão atuaria como centro de informações de utilidade pública para prevenção e alerta da possibilidade de catástrofes climáticas. Rollemberg observa, no entanto, que propor a criação de órgão na esfera do Executivo é medida de iniciativa privativa do presidente da República. Porém, o senador aproveitou, na forma do substitutivo que apresentou,

a proposta de colaboração das concessionárias de serviço público de rádio e televisão na divulgação dos alertas de calamidade. O relator ainda acrescentou à lista as concessionárias de telefonia celular.

Para Rollemberg, a participação dos meios de comunicação, inclusive do

sistema de telefone celular, ajudará a salvar vidas. Se a proposta for confirmada, será remetida à Câmara dos Deputados. O texto já havia sido avaliado antes pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Com base no argumento de

inconstitucionalidade, o parecer da CMA foi contrário.

Na mesma reunião, a CCT votará 17 projetos de decreto legislativo que outorgam permissões ou autorizações, ou renovam permissões ou concessões outorgadas para a exploração de serviços de radiodifusão sonora.



Volter Campanaro/ABr

Mídia poderá ser obrigada a divulgar alertas de desastres climáticos, como as chuvas que atingiram Teresópolis (RJ)

Figueiró critica uso de fontes de energia poluentes e caras

Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou ontem que, apesar de depender dos ciclos da chuva, a energia hidrelétrica é a opção mais barata e limpa que o Brasil pode produzir.

Figueiró comentou estudo da Consultoria Legislativa do Senado, intitulado *Por Que o Brasil está Trocando suas Hidrelétricas e seus Reservatórios por Energia Mais Cara e Poluente?*, o qual revela que o país, por conta de pressões de variadas naturezas, está desperdiçando o potencial hídrico.

— O país tem ficado cada vez mais dependente, para a geração de energia, de fontes mais caras e poluentes do que a fonte hidrelétrica — disse.

O senador defendeu o uso de um sistema hidrotérmico na geração, no qual as termelétricas só seriam acionadas em emergência.



Lio de Paula/Agência Senado

Figueiró quer que o Brasil explore potencial hidrelétrico

Novas demarcações no mar podem rever recursos do petróleo

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) debate amanhã o Projeto de Lei do Senado (PLS) 96/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que propõe nova metodologia de projeção dos limites entre estados e municípios no mar para distribuição de royalties, participação especial e demais receitas decorrentes da extração de petróleo e gás natural.

Vital justifica que a metodologia atual gera forte concentração de receitas de petróleo em alguns municípios e estados, enquanto no Paraná e no Piauí, por exemplo, as linhas ortogonais de demarcação se fecham. Segundo ele, a metodologia proposta — de as projeções seguirem os paralelos ou meridianos — é mais simples e facilmente replicável.

O projeto tem a aprovação do relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), e, se passar pela CI, segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).